

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2014	2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	2013
CIRCULANTE	1.457.763	1.322.309	CIRCULANTE	35.484	4.011
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	22.492	33.971	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 14f)	34.475	3.271
Ativos Financeiros para Negociação (Notas 6 e 13a)	976.038	889.691	Dividendos a Pagar (Notas 8c e 13a)	943	651
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7a)	438.742	395.952	Outras Obrigações (Nota 15)	66	89
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14e)	14.386	2.176			
Outros	700	519			
Créditos Tributários (Nota 14c)	5.405	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.433.178	1.334.860
NÃO CIRCULANTE	10.899	16.562	Capital Social:		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.899	16.562	- De Domiciliados no País (Nota 8a)	1.028.459	1.028.459
Depósitos Judiciais	75	75			
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7a)	242.210	242.948			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7a)	(242.210)	(242.948)			
Créditos Tributários (Nota 14c)	10.824	16.487			
TOTAL	1.468.662	1.338.871	TOTAL	1.468.662	1.338.871

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
RECEITAS OPERACIONAIS	157.953	111.506
Resultado de Créditos Recebíveis (Nota 7b)	11.656	8.084
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9)	146.290	103.379
Reversão de Provisões	7	6
Outras Receitas Operacionais	-	37
DESPESAS OPERACIONAIS	9.306	8.719
Despesas Tributárias (Nota 10)	7.322	5.110
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11)	1.922	3.559
Outras Despesas Operacionais Líquidas (Nota 12)	62	50
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	148.647	102.787
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a)	(49.386)	(34.287)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	99.261	68.500
Número de ações	430.311.119	430.311.119
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	230,67	159,19

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Lucro Líquido do Exercício	99.261	68.500
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente	99.261	68.500

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	148.647	102.787
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(567)	(1.953)
Reversão de Créditos de Liquidação Duvidosa	(739)	(2.183)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	(73)	(151)
Perdas de Créditos Recebíveis	245	381
Lucro Líquido Ajustado	148.080	100.834
Aumento em Ativo Financeiro para Negociação	(42.790)	(395.952)
Aumento em Empréstimos e Recebíveis	(100.165)	(46.076)
Redução em Outros Ativos	1.462	14.353
Redução de Créditos Recebíveis	493	1.802
Redução em Outras Obrigações	(1.584)	(39.060)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(16.324)	(19.549)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(10.828)	(383.648)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(651)	(463.503)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(651)	(463.503)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(11.479)	(847.151)
Início do Exercício	33.971	881.122
Fim do Exercício	22.492	33.971
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(11.479)	(847.151)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia") é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2015.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos em curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento financeiro, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros para negociação

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Empréstimos e Recebíveis

(I) Créditos Recebíveis

Os créditos recebíveis, oriundos de operações de securitização, são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis na conta "Rendidas de Créditos Recebíveis".

(II) Operações Compromissadas

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros.

c) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (Impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações; e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Rendidas de créditos recebíveis

As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre fundos financeiros de investimento, as receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Conforme Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.636/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1
Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas Notas 7 e 14d.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2012	1.028.459	45.169	656.012	-	1.729.640
Pagamento de Dividendos com Reservas	-	-	(462.629)	-	(462.629)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	68.500	68.500
Destinações: - Reservas	-	3.425	64.424	(67.849)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 1,51 por lote de mil ações)	-	-	-	(651)	(651)
Saldos em 31.12.2013	1.028.459	48.594	257.807	-	1.334.860
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	99.261	99.261
Destinações: - Reservas	-	4.963	93.355	(98.318)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 2,19 por lote de mil ações)	-	-	-	(943)	(943)
Saldos em 31.12.2014	1.028.459	53.557	351.162	-	1.433.178

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais

Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2014	%	2013	%
1 - RECEITAS	11.908	7,7	8.517	7,8
Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	739	0,5	2.192	2,0
Juros sobre Créditos Recebíveis	11.162	7,2	6.282	5,8
Outras Receitas	7	-	43	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.229)	(1,5)	(3.952)	(3,6)
Serviços de Terceiros	(95)	(0,1)	(2.424)	(2,2)
Editais e Publicações	(77)	(0,1)	(95)	(0,1)
Outras Despesas	(1.995)	(1,3)	(1.374)	(1,3)
Perda de Valores de Ativos	(62)	-	(59)	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	9.679	6,2	4.565	4,2
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	9.679	6,2	4.565	4,2
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	146.290	93,8	103.379	95,8
Receitas Financeiras	146.290	93,8	103.379	95,8
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (4+5)	155.969	100,0	107.945	100,0
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	155.969	100,0	107.944	100,0
Impostos, Taxas e Contribuições	56.708	36,4	39.443	36,5
Federais	56.708	36,4	39.443	36,5
Remuneração de Capitais Próprios	99.261	63,6	68.501	63,5
Dividendos	943	0,6	651	0,6
Lucros Retidos	98.318	63,0	67.850	62,9

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional (1)	171	10
Fundos de investimentos financeiros (2)	22.321	33.9

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	148.647	102.787
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(50.540)	(34.948)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões indedutíveis de receitas não tributáveis	-	(310)
Outros	1.154	971
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(49.386)	(34.287)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(49.128)	(33.543)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(258)	(744)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(49.386)	(34.287)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2013	Constituição	Realização	2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.457	-	251	16.206
Outras provisões	29	22	29	22
Total dos créditos tributários	16.486	22	280	16.228

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

	Em 31 de dezembro		
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2015	3.974	1.431	5.405
2016	3.977	1.432	5.409
2017	3.978	1.432	5.410
2018	3	1	4
Total	11.932	4.296	16.228

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 15.724 (2013 - R\$ 15.047), de diferenças temporárias.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, ao imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 14.386 (2013 - R\$ 2.176).

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 34.475 (2013 - R\$ 3.271) referem-se, ao PIS no montante de R\$ 100 (2013 - R\$ 74), Cofins no montante de R\$ 603 (2013 - R\$ 457), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 33.119 (2013 - R\$ 26.441) e da Contribuição Social no montante de R\$ 653 (2013 - R\$ 968).

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Serviços prestados por terceiros	-	2
Editais e publicações	66	87
Total	66	89

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

b) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória no 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. E em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

d) Em 01 de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

e) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 16 de março de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0